



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA DE FINANÇAS REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DE 2019 REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às 17h00 horas, a **Comissão de Finanças e Orçamento**, constituída nos termos do artigo 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaquaquetuba, tendo como membros do ano Legislativo de 2020, os seguintes Vereadores: Armando Tavares dos Santos Neto, David Ribeiro da Silva, sob a presidência do primeiro, reunidos no Plenário Vereador Maurício Alves Brás, na Câmara Municipal de Itaquaquetuba e ausência do Vereador João Batista Pereira de Souza – membro da Comissão de Finanças e Orçamento. Contando com a presença do Vereador Edson Rodrigues – Presidente desta Casa de Leis. Em seguida, o **Presidente** da Comissão de Finanças e Orçamento - Vereador **Armando Tavares Neto dos Santos** abre a audiência pública relativo ao 3º quadrimestre do exercício de 2019, agradecendo a presença dos Senhores Vereadores, público presente e imprensa. Recomendando ainda que essa audiência seja tratada somente de metas fiscais. Com a palavra o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: “Em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, Artigo 9º, §4º, estamos avaliando o desempenho da execução orçamentária referente ao 3º quadrimestre de 2019, em relação às metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.) para o exercício de 2019.

- Prefeitura Municipal arrecadou até 31 de Dezembro de 2019, R\$ 632.742.379,57 (seiscentos e trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) o IPSMI R\$ 68.136.148,72 (sessenta e oito milhões, cento e trinta e seis mil, cento e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos), perfazendo o total do Município de R\$ 700.878.528,29 (setecentos milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos), correspondente a 83,52 % do total da receita prevista na L.D.O. de 2019.

- Quanto às despesas correntes e de capital, no período foram empenhadas R\$ 612.708.215,97 (seiscentos e doze milhões, setecentos e oito mil, duzentos e quinze reais e noventa e sete centavos) pela Prefeitura Municipal; R\$ 43.336.701,96 (quarenta e três milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e um reais e noventa e seis centavos) pelo IPSMI e R\$ 14.256.003,41



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

(quatorze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, três reais e quarenta e um centavos) pela Câmara Municipal, sendo o montante consolidado do Município de R\$670.300.921,34 (seiscentos e setenta milhões, trezentos mil, novecentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos) correspondente a 79,87 % das despesas fixadas na L.D.O. do exercício de 2019.

Assim o resultado da execução orçamentária do exercício foi de superávit de R\$ 30.577.606,95 (trinta milhões, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais e noventa e cinco centavos), (apurada pela receita menos despesa), sendo esse superávit de R\$ 24.799.446,76 (vinte quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos) do IPSMI e superávit de R\$5.778.160,19 (cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil, cento e sessenta reais e dezenove centavos) da administração direta PMI e Câmara.

- No tocante ao Resultado Primário que é a diferença entre a receita fiscal e a despesa fiscal, o município obteve um resultado positivo da ordem de R\$ 38.465.382,70 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos) sendo, receita fiscal de R\$ 651.838.233,99 (seiscentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e nove centavos) (apurada pela receita total de R\$ 653.401.332,21 (seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos) menos receita financeira de R\$ 1.563.098,22 (um milhão quinhentos e sessenta e três mil, noventa e oito reais e vinte e dois centavos) e despesa fiscal de R\$ 613.372.851,29 (seiscentos e treze milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos) (apurada pelas despesas pagas do exercício no valor de R\$ 548.195.946,20 (quinhentos e quarenta e oito milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) menos amortização da dívida de R\$ 5.854.048,84 (cinco milhões, oitocentos cinquenta e quatro mil, quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) mais restos a pagar pago no exercício R\$ 71.030.953,93 (setenta um milhões, trinta mil novecentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

- Quanto ao Resultado Nominal, que é a diferença entre a dívida fiscal líquida em 31/12/2018 e a dívida fiscal líquida no final do quadrimestre (31.12.2019), o município obteve um resultado positivo da ordem de R\$ 2.923.868,32 (dois milhões novecentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos), considerando que o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício de 2018 era de R\$ 247.099.894,10 (duzentos e quarenta e sete milhões, noventa e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dez centavos) passando no final do quadrimestre (31.12.2019) para R\$ 244.176.025,78 (duzentos e quarenta e quatro milhões, cento e setenta e seis mil, vinte e cinco reais e setenta e oito centavos).



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

- Salientamos que o município dispendeu R\$ 59.705.188,59 (cinquenta e nove milhões, setecentos e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) dos recursos próprios em ações de atendimento à educação, que somados aos R\$ 44.691.532,78 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos) retidos das transferências constitucionais para formação do Fundeb, totalizam R\$ 104.396.721,37 (cento e quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, setecentos e vinte um reais e trinta e sete centavos) representando assim 28,36 das receitas de impostos e decorrentes deles quando o mínimo obrigatório é 25%.

- Dispendeu também dos recursos próprios R\$ 101.063.471,60 (cento e um milhões, sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta centavos) em ações de atendimento à saúde representando assim 27,91% das receitas de impostos e decorrentes deles, quando o mínimo obrigatório é 15%.

- Quanto às despesas com pessoal do Poder Executivo e Administração Indireta o montante líquido foi de R\$ 330.926.139,02 (trezentos e trinta milhões, novecentos e vinte e seis mil, cento e trinta e nove reais e dois centavos) representando assim 52,71% da Receita Corrente Líquida.

Observamos que nos quadros de avaliação e cumprimento das metas fiscais, os valores da LDO estão atualizados conforme artigo 11 da Lei Orçamentária de 2019.



Câmara Municipal de Itaquapecetuba

Estado de São Paulo

Dívida Pública Municipal em 31/08/2019

Obs: Onde se lê acima: "Dívida Pública Municipal em 31/08/2019", leia-se: "Dívida Pública Municipal em 31/12/2019"

Dívida Consolidada

1. Dívida com a Previdência (INSS) parcelamento	28.266.362,04
2. Precatórios Judiciais	55.283.963,02
3. Previdência Municipal	145.395.557,55
4. SABESP	13.227.665,22
5. PASEP	1.465.519,75
6. FNDE	281.185,20
7. Celso Salles	255.773,00
Total da Dívida Consolidada	244.176.025,78

Dívida Flutuante

1. Restos a Pagar exercício anterior	6.238.886,54
2. Empenhos a pagar processado do exercício	60.372.798,72
3. Empenhos Não Processado do exercício	17.660.920,40
4. Depósitos e Cauções	0,00
5. Consignações	3.048.106,82
6. Credores Diversos	36.739.985,49
Total da Dívida Flutuante	124.060.697,97

(+) Dívida Consolidada	244.176.025,78
(-) Deduções	-
Ativo Disponível	51.028.909,87
Caixa bancos PMI	64.626,63
Aplicações financeiras-PMI	50.374.668,33
Cx.Bancos -Câmara	589.614,91
Haveres Financeiros	(124.125.931,05)
Outros Créditos	936.890,84
(-) dívida flutuante	124.060.697,97
(=) Total da Dívida Pública Líquida	244.176.025,78



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais

3º Quadrimestre de 2019

Receita, Despesa e Resultado Primário

Tabela 1 (em R\$ 1,00)

Especificação	LDO 2019	Realizado no Quadrimestre	Realizado no exercício	(%) LDO
RECEITAS FISCAIS				
Receitas Correntes	817.697.400,00	222.456.040,97	648.381.226,36	79,29
Receitas de Capital	21.490.350,00	827.524,72	5.020.105,85	23,36
Subtotal	839.187.750,00	223.283.565,69	653.401.332,21	77,86
(-) Deduções				
Rendimento de Aplicações Financeiras	8.066.237,00	881.265,63	1.563.098,22	19,38
Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das deduções	8.066.237,00	881.265,63	1.563.098,22	19,38
I – TOTAL DAS RECEITAS FISCAIS	831.121.513,00	222.402.300,06	651.838.233,99	78,43
DESPESAS FISCAIS				
Despesa Corrente (Orçam. e R.Pagar)	722.771.553,00	210.217.721,52	586.920.719,77	81,20
Despesas de Capital (Orçam.e R. Pagar)	79.000.635,00	14.115.767,91	32.306.180,36	40,89
Reserva de Contingência	37.415.562,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	839.187.750,00	224.333.489,43	619.226.900,63	73,79
(-) Deduções				
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da dívida	18.500.000,00	1.856.265,47	5.854.048,84	31,64
Subtotal das Deduções	18.500.000,00	1.856.265,47	5.854.048,84	31,64
II -TOTAL DAS DESPESAS FISCAIS	820.687.750,00	222.477.223,96	613.372.851,29	74,74
III – RESULTADO PRIMÁRIO (I – II)	10.433.763,00	-74.923,90	38.465.382,70	



Câmara Municipal de Itaquapecetuba

Estado de São Paulo

Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais

3º Quadrimestre de 2019

Resultado Nominal e Dívida Pública Municipal

Tabela 2 (em R\$ 1,00)

Especificação	Posição em 31/12/2018	LDO 2019	Posição no Final do Quadrimestre
Dívida Pública			
Consolidada (I)	247.099.984,10	196.614.000,00	224.176.025,78
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Dívida Confessada	184.276.682,66	135.608.000,00	188.892.062,76
Demais Dívidas	62.823.211,44	61.006.000,00	55.283.963,02
(-) Deduções (II)	-	-	-
Ativo Disponível	41.935.412,81	33.174.000,00	51.028.909,87
Haveres Financeiros	(122.150.483,82)	(77.657.000,00)	(123.123.807,13)
Outros Créditos	68.850,56	79.000,00	936.890,84
(-) Restos a Pagar	82.619.857,31	77.736.000,00	84.272.605,66
(-) Depósitos	252.726,00	-	0,00
(-) Consignações	3.244.894,88	-	3.048.106,82
(-) Credores Diversos	36.101.956,19	-	36.739.985,49
Dívida Consol. Líquida (III) =(I-II)	247.099.894,10	196.614.000,00	244.176.025,78
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (III)+(IV)-(V)	247.099.894,10	196.614.000,00	244.176.025,78
RESULTADO NOMINAL	5.539.367,88	25.504.000,00	2.923.868,32



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

Secretário Municipal Adjunto – Sérgio Ruiz Armiliato: Este é o resultado, o que estou apresentando e fico à disposição para esclarecimentos. O **Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento - Vereador Armando Tavares Neto dos Santos** pergunta se tem Vereadores para fazerem questionamento? Com a palavra o **Vereador David Ribeiro da Silva:** Gostaria de tirar uma dúvida no que eu li aqui, na planilha na dívida pública municipal dia 31 de agosto 2019. Até a questão dos conhecimentos, alguns assuntos técnicos que não entendo, só para eu poder, até aprender também. Por exemplo, aqui tem um valor da dívida da previdência (INSS) parcelamento de 28.266.360,04 (vinte e oito milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e quatro centavos). Depois embaixo vem precatórios judiciais, como que divide essa parte aqui do que é judicial e do qual que é o total do parcelamento R\$ 55.283.963,02 (cinquenta e cinco milhões duzentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e três reais e dois centavos), foi parcelado no valor de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões)? Só para eu poder entender? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato:** Aqui nesse caso elas são distintas, a dívida com a Previdência são realmente as contribuições, patronais que é a única que pode ser parcelada. A funcional, é paga em dia e aqui aconteceu alguma coisa do passado alguma dificuldade da Prefeitura com a Previdência Geral. Que nós temos a Previdência Geral que elas são as contribuições. E nos precatórios judiciais, pertinente a sua pergunta, os precatórios judiciais também constam, os trabalhistas. Então eu não tenho detalhamento aqui, dos precatórios mas existe um mapa dos precatórios hoje, à partir de uma emenda constitucional de 2002, o pagamento não é mais feito pela Prefeitura, deposita - se em conta judicial no Tribunal de Justiça e lá existe a ordem cronológica. Então dos pequenos valores que são aqueles que vem direto, já vão sendo pagos, os trabalhistas que quando tem prioridade em tudo isso pelo Tribunal de Justiça e a Prefeitura faz depósito financeiro naquela conta bancária, através de guias mensais e o Tribunal de Justiça vai pagando, quem tem o direito de acordo com a preferência ou de acordo com as ações. Então aqui nesses precatórios judiciais têm desapropriações, tem vários tipos de finalidades que chegaram aos precatórios. Com a palavra o **Vereador David Ribeiro da Silva** Então só para eu poder compreender direito, essas judiciais então vai para o Tribunal de Justiça e é o Tribunal de Justiça que faz o pagamento detalhado? O **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato:** quem faz é o credor. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva:** As dívidas são distintas, não tem nada a ver com esse valor no caso desses R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões), e não tem a ver com essa questão do parcelamento do INSS ou está incluído junto? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato:** Não, eles são distintos. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva:** Então hoje o Município tem uma dívida consolidada, é o que está aqui o total de dívida consolidada R\$ 244.176.025,78 (duzentos e quarenta e quatro milhões e cento e setenta e seis mil, vinte e cinco reais e setenta e oito centavos) exatamente contando todos os títulos judiciais, Municipal, Previdência e tem um valor da Sabesp, também a Sabesp mandou notificação para essa casa notificando o problema que eles estão tendo com a Prefeitura. A Prefeitura está querendo fazer um abatimento de uma dívida dela e tem isso aqui, mas é isso aqui pelo jeito já foi transitado julgado esse valor de R\$13.000.000,00 (treze milhões). Só que a SABESP, mandou para nós é maior? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato:** Esse valor de 13.000.000,00 (treze milhões), algum tempo atrás em 2016 ou 2017 a Prefeitura fez um acordo com a SABESP, daquele que estava administrativo que foi



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

parcelado, nós estamos pagando em dia. Existe agora esse assunto da SABESP, que são os processos que estavam em fase judicial, então ele não está não está aqui porque essa fase judicial e nós não temos o controle exato, porque depende de decisão. Tem também essa situação a Prefeitura defende que a SABESP também deve ao Município. Então eles estão provocando o abatimento, teoricamente este abatimento talvez juridicamente, tem uma necessidade de esclarecer, porque como é a coisa judicial a gente não tem total domínio. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Que até para esclarecimento, eles também mandaram para gente a notificação dizendo que, essa questão do abatimento está fora de questão, já que é uma ação transitada e julgada que não está mais pendente. que a dívida é consolidada esperava um posicionamento também dessa Casa de Leis. Para que nós tomássemos algum posicionamento, à respeito disso, mas como tem que partir do Executivo. Por isso, que eu estou perguntando para o Senhor, até para eu poder ver qual atitude, que eu vou tomar lá na frente. Se eu vou encaminhar para o Ministério Público, que eu vou fazer porque na verdade é uma dívida que está rolando e vai cair no colo de alguém. Então o que eu vejo é assim a Administração vem dando essas pedaladas. A Sabesp envolvendo nós no meio e a gente fica ali, será que a pedalada será que não vai, então me desculpa até pelas minhas dúvidas? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: Realmente é uma questão que já vem há algum tempo sendo discutida. Para Sabesp e quando fizemos esse parcelamento um município de intenção em solucionar o problema, mas só poderia fazer o acordo com aquilo que era administrativo. Agora está chegando nessa fase do amadurecimento das posições. O de vocês não é bem isso, nosso não é bem isso e naquele ofício recebeu da se receberam da SABESP, ele se propõe a fazer os abatimentos fazer um acordo fazer o que for possível dentro da legislação deles para que a gente possa resolver isso e aí. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Só para eu entender o que é essa dívida flutuante, que nós nos temos aqui, não processado do exercício, R\$ 17.660.000,00 (dezessete milhões, seiscentos e sessenta mil), poderia explicar, por favor, se essa parte que tenho dúvida? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: O que nos temos aqui é uma apresentação como de praxe. São os elementos contábeis, o empenho é quando nós fazemos uma despesa, contratação ou de alguma forma. Então eu como se fosse uma reserva que eu sei que eu vou ter que pagar então o empenho em nome da empresa, e à medida que ele vai entregando vai realizando vamos se chamando de liquidação, eu reconheci uma parte daquilo pode ser mensal, pode ser parcial. Então esse é o liquidado que vai para pagamento. Então vai para um processo que já reconheceu entregou vai para pagamento. O não processado na maioria das vezes são empenhos estimativos ou que alguma coisa ocorreu na execução de algum empenho, então o que vai acontecer com esses não processados se ele não tiver com consistência se não tiverem para resolver alguma questão eles praticamente vão ser cancelados porque eles não vão gerar essa etapa de pagamento. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Então esse valor vocês tem como uma reserva? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: Quando começou o exercício, então vamos dizer o setor de licitações começou a fazer contratos começou a fazer. Então isso é obrigatório de manter até uma determinada fase. Então acabou o exercício ninguém vai trazer lá alguma coisa que já entregou a não ser que tivesse alguma coisa que já entregou defeituosa alguma coisa que estava pendente e não foi reconhecido agora você atendeu. Então, agora se você tem direito ao pagamento. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: No caso de uma não entrega, por exemplo, uma empresa ganha a licitação ela só emitir uma nota fiscal não mandou a mercadoria pega em cima disso aqui. Só para eu entender, não



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

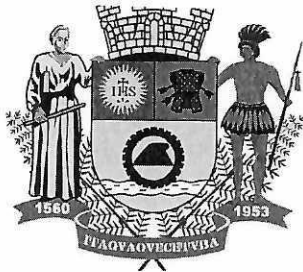
estou dizendo que aconteceu nesse novo só para eu entender? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: E até para explicar também, tinha uma coisa interessante é porque eu falo muito na técnica e se passar do limite. Então o que acontece hoje existe um sistema pela nova regra do Tribunal de Contas que as coisas são muito bem integradas. Então, quando o setor de licitações faz a compra ele faz um lançamento no sistema e fica lá, por exemplo, aguardando a liquidação. Isso só é liquidado à medida que o gestor do contrato cada contrato tem um gestor ele dá um atestado ou a testa nota que recebeu o material e aí ele é responsável por que toda essa situação passou para o nível operacional. Com a palavra o **Vereador Armando Tavares Neto dos Santos**: Eu posso dar exemplo e simplificar e tentar fazer isso que está acontecendo na merenda agora. A merenda do ano passado se gastava em torno de R\$ 1.800.000,00(um milhão e oitocentos mil), 2.000.000,00 (dois milhões) aí foi empenhado para o outro ano a media de R\$ 1.800.000,00(um milhão e oitocentos mil), agora ela está gastando R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais), está gastando menos. Então, mas eu acho que não fica assim porque quando faz o contrato no começo ele fica empenhado R\$ 1.800.000,00(um milhão e oitocentos mil) só que ele começa a gastar R\$ 1.500.000,00(um milhão e quinhentos mil reais), e se saldo de R\$ 300.000,00(trezentos mil reais) vai ficando, vai ficando,vai ficando no final do ano ele se deduz e zera é isso mesmo?. Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: Sim. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Entendi, só para eu finalizar. Se eu tenho aqui uma dívida consolidada líquida de R\$ 247.099.894,10 (duzentos e quarenta e sete milhões, noventa e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dez centavos), aí eu venho aqui na posição final de hoje R\$ 244.000.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões) hoje a dívida do Município real, é isso que eu gostaria de saber assim aqui no caso está fechando quadrimestre do ano 2019 então, no ano de 2019 nós estamos fechando com valor de R\$ 244.000.000,0000 (duzentos e quarenta e quatro milhões) ou com uma dívida de R\$ 247.000.000,00(duzentos e quarenta e sete milhões). Só para eu poder saber o resultado final mesmo do ano do exercício do ano de 2019? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz**: Aqui nesse quadro que é o demonstrativo de avaliação, ele coloca nessa aqui a posição em dezembro de 2018. Então nós tínhamos esses R\$ 247.000.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões) como dívida fiscal líquida a posição atual ele é menor porque nós conseguimos diminuir mesmo que pouquinho, mas ela diminuiu. Então esse quadro mostra a posição de 31 de dezembro a previsão e o quadrimestre por isso que eu até. Adiantei para o outro quarto que já é o resultado esse quadro mostra a situação da dívida consolidada que é esse valor da última coluna os R\$ 244.000.000,00(duzentos e quarenta e quatro milhões). Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Então a dívida real do Município hoje é esse valor R\$ 244.000.000,00(duzentos e quarenta e quatro milhões), quer dizer hoje não, seria até o ano 2019 entendi. Com a palavra o **Vereador Armando Tavares Neto dos Santos**: Mas a dívida não seria R\$ 244.000.000,00(duzentos e quarenta e quatro milhões) mais, o R\$124.000.000,00(Cento e vinte e quatro milhões), aqui do da dívida fluante total da divida é a soma dos dois?Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz**: Podemos até vou dizer assim, na hora assim o que nós precisamos para deixar o Município em dia, uma dívida fiscal líquida que você assim de prazos maiores restos a pagar parcelamentos e o outro caso aqui é aquilo que gerou no Município. Então o que acontece para apresentação tem a dívida consolidada baixamos singelamente. Gostaríamos melhorar isso, mas aqui quando comparar no próximo ele vai vir aqui e a gente ver o que você gerou no exercício a gente chama de orçamentário e os



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

restos a pagar. Então realmente é aquela que você deve nessa questão técnica e isso é a dívida consolidada, mas o seu raciocínio é perfeito quanto que eu precisaria para deixar o Município sem qualquer débito. Com a palavra o **Vereador Armando Tavares Neto dos Santos**: Débito é a dívida flutuante e a consolidada é isso? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: É isso mesmo. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Estamos com uma dívida é isso que eu. Por isso que eu perguntei. Então na verdade nós estamos com a dívida aqui real vamos dizer assim tirando o termo técnico nós temos uma dívida de R\$ 368.000.000,00 (trezentos e sessenta e oito milhões) é isso? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: Sim, vou dizer assim eu não poderia dizer que a dívida, mas eu entendo essa linha de raciocínio eu quero saber para Sanear a dívida do Município, é isso mesmo. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Hoje seria assim, R\$ 368.000.000,00 (trezentos e sessenta e oito milhões) mais como você colocou R\$ 124.000.000,00 (cento e vinte e quatro milhões) mais R\$ 244.000.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões), dando um total de R\$ 368.000.000,00 (trezentos e sessenta e oito milhões). Com a palavra o **Vereador Armando Tavares Neto dos Santos**: O que quer dizer que desses processados, aqui ela pode diminuir porque esse resultado é 31 de agosto, no terceiro quadrimestre que foi em 2019 no final em dezembro ele pode diminuir, mas também as despesas vão crescendo também? Responde o **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz Armiliato**: Perfeito a situação não é estática a gente vai tentando avançar em grupos pagando os parcelamentos em dia para tentando pagar os restos a pagar os restos que ficaram aí você vai comparando esses grupos. Então realmente não é estático ele não conseguem exatamente. Retorna o **Vereador David Ribeiro da Silva**: Então para eu finalizar, tenho aqui uma dívida vamos assim real dentro da minha linha de raciocínio tirando da parte tecla, tenho uma dívida hoje quase 400.000.000,00 (quatrocentos milhões), dentro do Município de precatórios judiciais, tenho uma dívida de 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões), qual que é obrigatoriedade hoje do Município ele tem que estar apagando todas essas dívidas que são fornecedores, são tudo ou ele tem uma porcentagem vamos dizer de 5% (cinco por cento), para pagar dos títulos precatórios hoje tem que pagar 5% (cinco por cento), vamos dizer que o ano que vem tem uma nova gestão que realmente nós vamos ter uma e essa minha grande preocupação ano que vem nós temos um novo gestor temos uma nova administração e ele vai pegar essa bomba no colo. Então assim qual que é a obrigatoriedade amanhã que eu falo na próxima gestão, de estar pagando essa dívida, ele pode estar acertando esse 5% (cinco por cento) do título dos precatórios judiciais ou ele tem que estar acertando esse valor de 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões) e seria até o ano 2019, que pode vir mais pode vir menos também dependendo das ações judiciais pode aumentar esses títulos precatórios, hoje qual que é obrigatoriedade do município que tem que está pagando? **Secretário Municipal Adjunto de Finanças Senhor Sérgio Ruiz**: Nós temos uma previsão constitucional dos precatórios judiciais eles têm um prazo até 2020 para os municípios quitarem. Foi feita uma nova alteração na Constituição, emenda isso passou a 2024 (dois mil e vinte e quatro), então pega seu saldo o que você tem aqui divide pelos anos de precatórios e aí vai ter o quanto mínimo você tem que pagar, você pode pagar mais se você tiver condições, as outras depende muito. O Município fica realmente refém ele não pode ficar devendo para os seus fornecedores porque logo, logo ele fica sem interessados em fornecer para o Município. Então, vamos dizer assim uma providência tem que ser responsável cumprir em alguns casos a legislação mais forte como no caso anterior, manter o INSS, previdência e precatórios mas, também tem que ir pagando seus restos a pagar. Não havendo mais questionamentos, o Vereador **Armando Tavares dos**



Câmara Municipal de Itaquaquetuba

Estado de São Paulo

Santos Neto – Presidente da Comissão de Finanças encerra a presente Audiência do 3º Quadrimestre de 2019 às 17h40 horas.

Santos Neto
Vereador Armando Tavares dos Santos Neto

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

David Ribeiro da Silva
Vereador David Ribeiro da Silva

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Sérgio Ruiz Armiliato
Sérgio Ruiz Armiliato

Secretário Municipal Adjunto de Finanças